



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0019237-54.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Banco do Brasil Sa**  
 Requerido: **Adriana D Ascenzi de Vries Calçados Epp e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO DO BRASIL SA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Adriana D Ascenzi de Vries Calçados Epp, André Gil D Ascenzi, também qualificado, alegando tenham firmado *contrato de abertura de crédito BB Giro Empresa Flex nº 285.705.933* com a primeira ré, sob garantia solidária do segundo, para utilização à guisa de limite de crédito da conta corrente nº 000.028.320-7, que no seu vencimento, em 21 de dezembro de 2009, apresentava um saldo devedor no valor de R\$ 169.732,06 que não foi quitado pelos réus, daí pretenda suas condenações ao pagamento dessa importância com os acréscimos legais.

Os réus contestaram o pedido sustentando inépcia da inicial por faltar-lhe liquidação da dívida e, assim, impedir-lhes o exercício de defesa, enquanto no mérito apontam ilegalidade na prática de capitalização dos juros em ofensa à Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal, desautorizadas por uma suposta aplicação da Medida Provisória nº 2.170-36/2001 que, a ver dos réus, seria inconstitucional e tem tal vício em discussão através da ADIN nº 2136, asseverando ainda a ilegalidade da cumulação de correção monetária com comissão de permanência e, ainda, com juros e multa, para concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou sustentando que se trate de contestação genérica frente a um contrato válido e que deve ser respeitado, destacando que os encargos nele previstos estão em consonância com a lei, inaplicáveis que seria a Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*) e Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal frente ao disposto na Súmula 596 do mesmo Supremo Tribunal Federal, ao que aduz a constitucionalidade e validade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, para concluir pela procedência da ação.

É o relatório.

Decido.

Não é caso de inépcia da inicial, que contém pedido e causa de pedir claros e bem delineados, sendo, portanto, impossível se falar em vício dessa natureza, conforme pode ser conferido no parágrafo único e incisos do art. 295, do Código de Processo Civil.

Quanto à liquidação da dívida, há, acostado à inicial, memória de cálculo em duas (02) laudas, frente e verso, sendo, portanto, não verdadeira a afirmação de fato que leva os réus a reclamarem o ora rejeitado vício (*vide fls. 14, 14 verso e 15*).

No mérito, temos que o tema de limitação dos juros esteja há muito superado, pois “A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*", e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, *"tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a "Lei", sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade"* (cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>1</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: *"a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar"*.

Quanto à capitalização, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que *"Cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação da MP 2.170-36/2001, desde que pactuada"* (cf. AgrReg no AI nº 0117900-1 – 3ª Turma STJ – 16.02.2012 <sup>2</sup>).

Veja-se, a propósito, que a *cláusula sétima, caput e parágrafo quinto* do contrato prevê especificamente a capitalização dos juros mensalmente, lançando-os em conta corrente, de modo que não há ilegalidade a ser considerada, com o devido respeito.

Sobre uma suposta inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, cumpre considerar o quanto decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *"MONITÓRIA - JUROS - Ausência de limite para as instituições financeiras - Súmula Vinculante nº 7 do S.T.F. e Súmula 382 do S.T.J - CAPITALIZAÇÃO - Constitucionalidade do artigo 5º da MP nº 1.963-17/2000 declarada em controle difuso no Incidente de Inconstitucionalidade nº 0128514-88.2011, suscitado pela 18ª Câmara de Direito Privado nos termos dos artigos 190 e 191 do Regimento Interno, 97 da Constituição Federal e Súmula Vinculante nº 10 do Supremo Tribunal Federal"* (cf. Ap. nº 0016994-37.2012.8.26.0664 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 24/07/2014 <sup>3</sup>).

No que respeita à comissão de permanência, o contrato discutido a previu, mas em cumulação à correção monetária, cumulação que não é encontrada nas contas de fls. 14, 14verso e 15.

Mas há previsão para cobrança cumulada dessa comissão de permanência com juros de mora e multa (*vide cláusula oitava, alíneas b. e c. – fls. 10*), o que afronta a jurisprudência mais recente, a propósito do teor da Súmula nº 472 do Superior Tribunal de Justiça, cujo verbete reza: *"A cobrança de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual"*.

Logo, a aplicação da *cláusula oitava* do contrato em discussão deverá observar essa ressalva, preferindo-se tão somente a aplicação da comissão de permanência no período de inadimplemento.

A ação é, portanto, procedente em parte, cumprindo aos réus arcar com o pagamento dos valores que venham a ser apurados em regular liquidação por cálculo ou, caso haja divergência técnica insuperável, por arbitramento pericial contábil, referente ao saldo devedor do contrato de abertura de crédito BB Giro Empresa Flex nº 285.705.933, vinculado à conta corrente nº 000.028.320-7, no valor de R\$ 169.732,06 em 21 de dezembro de 2009, do qual deverão ser deduzidos os encargos moratórios de juros de mora e multa moratória, pelas razões acima.

A responsabilidade pelo pagamento desse valor é solidária entre os réus, atento ao quanto se acha delineado pela *cláusula vigésima sexta* do contrato.

Na medida em que a ação é procedente em sua quase integralidade, cumprirá aos

<sup>1</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)

<sup>2</sup> [www.stj.jus.br/SCON](http://www.stj.jus.br/SCON)

<sup>3</sup> [www.esaj.tjsp.jus.br](http://www.esaj.tjsp.jus.br)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

réus arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação em consequência CONDENO os réus Adriana D Ascenzi de Vries Calçados Epp, André Gil D Ascenzi, solidariamente, a pagar ao autor BANCO DO BRASIL SA a importância que vier a ser apurados em regular liquidação por cálculo ou, caso haja divergência técnica insuperável, por arbitramento pericial contábil, referente ao saldo devedor que o *contrato de abertura de crédito BB Giro Empresa Flex nº 285.705.933*, vinculado à conta corrente nº 000.028.320-7, apresentava em 21 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 169.732,06 (*cento e sessenta e nove mil, setecentos e trinta e dois reais e seis centavos*), do qual deverão ser deduzidos os encargos moratórios de juros de mora e multa moratória, pelas razões acima.

P. R. I.

São Carlos, 05 de agosto de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**